

Continuação

na esfera administrativa como na judicial. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis estimadas com ações em curso.

Table with columns: Provisão, Depósitos judiciais, 2023, 2022. Rows include Fiscais, Cíveis, Ambiental, Trabalhistas, Circulante, Não Circulante.

Em 31 de dezembro de 2023 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas salariais e indenizatórias.

(b) Resumo da movimentação. (c) Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento relacionados com questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 892 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 355 em 31 de dezembro de 2022).

Table showing income statement items: Saldo em 31 de dezembro de 2021, Provisões feitas / (revertidas) no exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2022, etc.

Table showing expense breakdown: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, etc.

Table showing expense breakdown: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, etc.

Table showing expense breakdown: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, etc.

Table showing expense breakdown: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, etc.

Table showing expense breakdown: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, etc.

Perdas atuariais acumuladas em 31/12/2021. Perdas atuariais líquidas em 2022. Perdas atuariais acumuladas em 31/12/2022. Ganhos atuariais líquidos em 2023. Perdas atuariais acumuladas em 31/12/2023.

Os ganhos ou perdas atuariais relacionadas à valorização das obrigações presentes para os beneficiários de longo prazo a empregados são registrados em outros resultados abrangentes. Para os benefícios que compõem o saldo de passivo registrado pela Companhia não há ativos dos planos a serem mensurados a valor justo. A apresentação dos montantes devidos por beneficiários a empregados em passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 considerou a parcela das despesas projetadas para o exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: 2023, 2022, %. Rows include Taxa de desconto nominal acrescida da inflação, Taxa de desconto nominal, Taxa de inflação, etc.

Lucro líquido do exercício. Prejuízo acumulado. Reserva Legal. Outros resultados no exercício - realização da mais valia imobilizado. Base de cálculo para dividendos propostos. Dividendos mínimos propostos (30%). Sub total para destinação. Valor do dividendo por ação ordinária. Valor do dividendo por ação preferencial. Instrumentos financeiros: O efeito da aplicação da norma CPC 48/IFRS 9 foi avaliado em 2023, nos instrumentos financeiros da Companhia, onde não gerou impactos significativos em relação à norma anterior, exceto pela classificação dos instrumentos financeiros. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos, quando aplicável.

Table with columns: 31/12/2023, Valor contábil, Valor justo, Ativos financeiros a custo de hedging, Ativos financeiros a VJR amortizado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Outros ativos circulantes.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo. Caixa e equivalentes de caixa. Contas a receber de clientes. Outros ativos circulantes. Total. Classificação dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as contas do passivo referente a 2023 e 2022.

Table with columns: 31/12/2023, Valor contábil, Valor justo, Passivos financeiros a custo de hedging, Passivos financeiros a VJR amortizado. Rows include Financiamentos e empréstimos, Fornecedores, Passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Table showing income statement items: Fluxo de caixa, 12 meses, 24 meses, 36 meses, 48 meses, 60 meses. Rows include Passivos financeiros não derivativos, Financiamentos e empréstimos, Fornecedores.

(d) Risco cambial: Instrumentos financeiros derivativos - risco cambial: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF - "Non Deliverable Forward").

Table with columns: Tipo de instrumento / Moeda, Vencimento, Taxa nacional, Valor contratado em R\$, Valor justo em R\$. Rows include NDF - Importação de matéria prima, Swap - Finimp ABC.

Table with columns: 31/12/2023, Valor justo, Patrimônio líquido, Ajuste de avaliação patrimonial, Ativo/Passivo, Instrumentos financeiros derivativos (NDF), Patrimônio líquido, Ajuste de avaliação patrimonial.

Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2023 a Companhia apresentou os seguintes valores pagos por NDF's, já reconhecidos no resultado, conforme segue:

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Valores pagos, Valores recebidos, Total, Risco de taxa de juros, Instrumentos de taxa variável, Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável, Análise de sensibilidade taxa variável (1%), Análise de sensibilidade taxa variável (1%).

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa, Financiamentos e empréstimos. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Financiamentos e empréstimos.

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra, considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Financiamentos, empréstimos e debêntures: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados pela emissão de debêntures e por operação de Finimp para capital de giro.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Receita bruta de venda de produtos, Receita bruta de serviços, Impostos sobre vendas, Vendas canceladas, Total da receita operacional líquida, 19 Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Ganho de processo judicial Tributário (a,b), Outras Receitas, Outras receitas (despesas) operacionais.

(a) Março de 2022: ganho de processo judicial tributário - A Companhia possuía ação judicial cujo o objetivo era afastar a majoração das alíquotas de PIS/COFINS dos Combustíveis, promovida de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 9.101/2017 que foi ajuizada em 2017 e teve seu processo transitado em julgado em 18 de março de 2022 (5008515-04.2017.4.04.7110/RS), reconhecendo o direito da impetrante de, no intervalo de 21 de julho de 2017 a 20 de outubro de 2017, recolher o PIS e a COFINS sobre combustíveis, no âmbito do regime especial do art. 23 da Lei nº 10.865, de 2004, pelas alíquotas da redação original do Decreto nº 5.059, de 2004, afastadas no período as alíquotas do Decreto número 8.395, de 2015, decorrendo daí o direito da impetrante à restituição dos valores recolhidos a mais, atualizados pela taxa Selic, mediante compensação tributária. Os valores atualizados totalizaram R\$ 91.617 sendo que, desse montante, o valor referente ao indébito do principal (R\$ 69.332) foi reconhecido como outras receitas operacionais e a atualização em receita financeira - variações monetárias ativas (R\$ 11.841).

(b) Em dezembro de 2022, a Companhia recebeu a título de precatório o valor de R\$ 6.114, trata-se de Execução de sentença de Ação Ordinária de Repetição de indébito de tributo denominado AIRE - Adicional de Imposto de Renda. A Lei Estadual 8792/88, do Rio Grande do Sul, previa a incidência deste Adicional de Imposto de Renda, supostamente devido para o Estado do Rio Grande do Sul, mas o Poder Judiciário afastou a cobrança, gerando o direito de repetição dos valores indevidamente pagos. A Ação Ordinária foi ajuizada em 16/01/1995. A Ação foi julgada procedente em junho de 1995. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e STJ e o processo transitou em julgado em 1997. 20 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Os custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A receita financeira decorrente de variação monetária em 2023 refere-se principalmente ao reconhecimento da correção pela SELIC dos créditos relativos ao processo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Despesas financeiras, Variações cambiais passivas, Outros, Receitas financeiras, Variações monetárias ativas, Outros.

21 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota fiscal combinada, Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada, Adições permanentes, líquidas despesas não dedutíveis, Exclusão da correção (SELIC) sobre processos tributários, Outros, Imposto de renda e contribuição social no resultado, IR e CSLL corrente, IR e CSLL diferidos, Alíquota efetiva.

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: A Companhia reconhece créditos e débitos tributários decorrentes de adições temporárias e reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos estão substanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias: Os encargos relativos ao Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa maneira, os impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Continuação

de realização do ativo fiscal diferido. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é de até 5 anos, assim demonstrada:

Até 5 anos	29.475	
Total	29.475	
(c) Passivos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:		
	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	16.676	17.633
Diferença de vidas úteis	18.200	18.284
Diferenças	-	16.501
Total	34.876	52.418

A Companhia possui também diferenças temporárias originadas dos valores de provisão para contingências de longo prazo, no valor de R\$ 6.072 (R\$ 6.254 em 2022), e passivos de benefícios pós-emprego, no montante de R\$60.388 (R\$63.507 em 2022). Considerando as características dos passivos que geram estas diferenças temporárias sua realização é estimada por um período superior a 10 anos, desta forma a Companhia não constituiu impostos diferidos ativos sobre estes montantes devido imprevisibilidade na determinação dos resultados tributáveis futuros para esse período.

Ativo diferido líquido:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
	29.475	30.687
Passivo	(34.876)	(52.418)
(Passivo) / Ativo	(5.401)	(21.731)

22 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 982.783 (R\$ 1.059.193 em 2022), riscos para transporte de R\$ 4.882.551 (R\$ 5.558.888 em 2022) e responsabilidade civil de R\$ 1.210.325 (R\$ 1.304.425 em 2022) pelo período de 18 meses.

23 Despesas por natureza

	2023	2022
Depreciação e amortização	(14.157)	(13.418)
Despesas com pessoal - remuneração	(36.791)	(33.605)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(2.778.301)	(3.014.386)
Despesas com encargos e benefícios aos empregados	(31.747)	(26.878)
Outros	(82.601)	(75.833)
Total	(2.943.597)	(3.164.120)
Despesas de vendas	(29.344)	(26.527)
Despesas administrativas	(43.761)	(42.389)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.870.492)	(3.095.204)
Total	(2.943.597)	(3.164.120)

Conselho de Administração
Arlindo Moreira Filho - Presidente
William França da Silva - Conselheiro
Marcelo Pereira Malta de Araujo - Conselheiro
Julio Cesar Nogueira - Conselheiro
Marlisa Piovesan Reche Scarton - Conselheira
Alexandre Jerussalmy - Conselheiro
Diretoria
Felipe Jorge - Diretor Superintendente
Sérgio Satt Júnior - Diretor
Querulli de Oliveira Gomes - Contadora CRC RS-098025/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente,

em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (Nota 2.2 (a) e 18)

Parte substancial das receitas de vendas da Companhia é proveniente de venda de produtos derivados de petróleo cuja entrega do produto não necessariamente ocorre na mesma data da emissão da fatura. Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e o volume de transações efetuadas ao longo do ano, bem como necessidade de manutenção de rotinas de controles internos que suportem a identificação do momento do reconhecimento das receitas e produtos faturados e não entregues no final do exercício.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, que descreve o fato de que parte substancial das operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Selecionamos, em base amostral, transações de vendas reconhecidas pela Companhia durante o exercício de modo a avaliar a existência das transações. Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta.

Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de vendas com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para o registro das transações e as respectivas divulgações em notas explicativas são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

Sicredi Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 10.480.950/0001-14
NIRE Nº 43300050050



Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A SICREDI PARTICIPAÇÕES S.A., por seu presidente do Conselho de Administração, convoca as acionistas para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa DREI nº 81/20, de **FORMA PRESENCIAL**, a ser realizada, excepcionalmente fora da sede da Companhia, no Hotel Deville Prime Porto Alegre, com endereço na Av. dos Estados, 1909, Anchieta, Porto Alegre - RS, CEP: 90200-001, no dia 26 de março de 2024, às 16 horas e 45 minutos, com a presença das acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

1. Prestação de Contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: a) relatório da administração; b) demonstrações financeiras; c) relatório dos auditores independentes; d) parecer do Conselho Fiscal; 2. Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4. Fixação da remuneração, quando for o caso, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; 5. Outros assuntos de interesse das acionistas. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Reforma do Estatuto Social da Companhia, contemplando a atualização do capital social de acordo com a capitalização ocorrida em novembro de 2023, aumento do capital social autorizado, alteração na redação do artigo 22; 2. Consolidação do Estatuto Social. **OBSERVAÇÕES GERAIS:** • Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, encontram-se à disposição das acionistas na sede social da Companhia, além de disponíveis digitalmente, por meio da rede mundial de computadores, utilizando a plataforma do **Portal da Governança**, através do link <https://www.sicredi.com.br/fundacao/portaldegovernanca/> e serão por esta divulgada às acionistas. • Em caso de representação presencial por procuração, o nome do representante legal, bem como os documentos que comprovem sua condição de representante legal ou procurador, devem ser encaminhados para o endereço eletrônico juridico_societario@sicredi.com.br e aline_barcellos@sicredi.com.br, até a data de 22 de março de 2024.

Porto Alegre/RS, 11 de março de 2024
Fernando Dall'Agnese
Presidente do Conselho de Administração



CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR